

40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

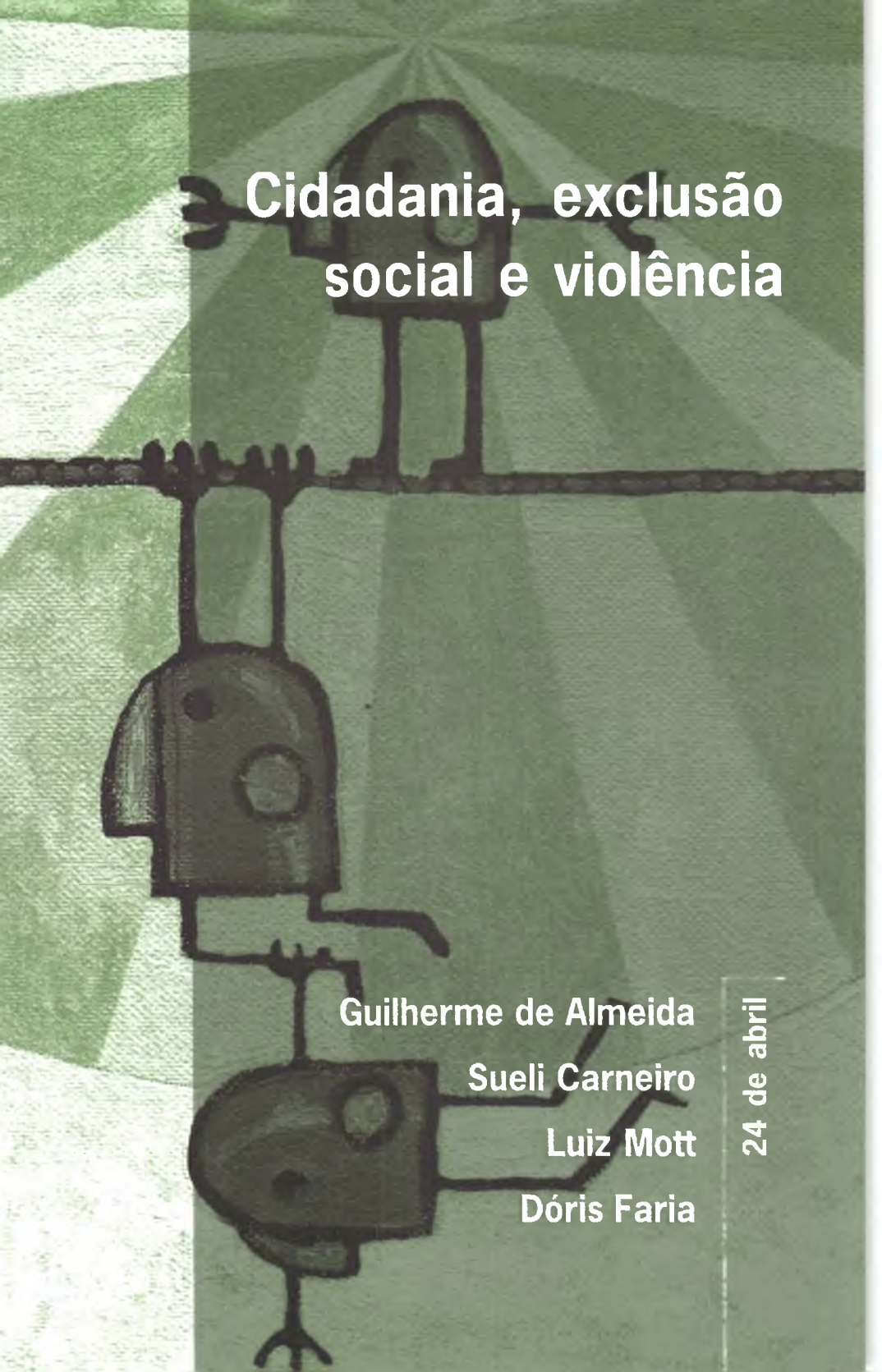
Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499



Cidadania, exclusão social e violência

Guilherme de Almeida

Sueli Carneiro

Luiz Mott

Dóris Faria

24 de abril

Existe relação entre cidadania, exclusão social e violência?

Dóris Faria

O texto apresentado nos três parágrafos a seguir serviu de introdução ao tema a ser debatido, tanto para os debatedores, quanto para o público, uma vez que foi publicado na imprensa local antes do debate propriamente dito

“Existe de fato relação entre cidadania, exclusão social e violência? Ou trata-se de mais uma generalidade explícita que termina por subliminarmente condicionar uma relação entre pobreza e violência insuficiente para resolver os nossos problemas? Se existe relação entre pobreza e violência, a violência deveria ser – em acordo com as estatísticas oficiais sobre a pobreza no Brasil – infantil (50 %), parda ou negra (43 %) e sem educação fundamental (61%). Não há qualquer dúvida de que isso não é realidade. Outros fatores interferem para que o tecido social esteja sendo esgarçado, rompendo um tácito contrato social de respeito aos direitos individuais e coletivos que caracteriza o pleno direito e exercício da cidadania. Assim, é premente que políticas públicas sejam capazes de ir além da redistribuição de renda e atendam a políticas sociais capazes não só de garantir a melhoria das condições de vida das parcelas mais desfavorecidas, mas que alcancem o conjunto dos valores que constituam verdadeiramente

Dóris Faria é Decana de Extensão da UnB em dois mandatos consecutivos. Doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutorada em Antropologia Biológica na University College London. Professora e Pesquisadora do Instituto de Ciências Biológicas. É responsável pela reestruturação da Educação Aberta e Continuada na Universidade.

uma sociedade e que façam com que o cidadão não se veja tentado à delinquência e ao crime. Afinal de contas, sendo a violência no Brasil multicolorida, multicategorizada entre ricos, remediados e pobres – projeta-se para o campo dos valores éticos e culturais.

Podemos considerar três tipos de **processos agentes da violência**: a **carência de recursos**, especialmente a carência extrema que atinge a grande parte da população brasileira, pode ser um fator de excitação da violência, mas não só; a **delinquência** também afeta o processo de construção da violência em nossos dias, principalmente derivada da atuação de um terceiro fator, o **crime organizado**, que atinge não só o tráfico de drogas, jogo e prostituição, mas também a corrupção dos processos institucionais – nas mais imediatas expressões da vida cotidiana, mas que também penetra nos mais altos escalões dos poderes da república e perpetra os grandes crimes chamados de “colarinho branco”. O cidadão passa a ver-se tentado pela corrupção e contravenção, mesmo que violentado pelo latrocínio, assalto, seqüestro, homicídio e morte tão próximos quanto no transito ou nos conflitos mais banais. Assim, os processos da sociedade vão sendo carcomidos pelos anti-valores de uma era muito materialista, consumista, um campo extremamente fértil para o processo de empobrecimento que atinge os países mais pobres do planeta, mas não só. A violência também afeta os países mais ricos, mesmo quando adquire outras formas de expressão, inclusive a indiferença ao sofrimento e necessidades alheias.

Um outro aspecto do problema – **as formas de promovermos a prevenção e a redução da violência** – passam pela **superação da pobreza** com a redistribuição de renda e **acesso a bens primordiais** como a saúde e educação e condições dignas de vida,

mas não só! Passam por também conseguirmos recuperar a **confiança nas instituições**, para o que a **justiça** tem de ser **eficiente**, pondo **fim à impunidade** que grassa em nossa sociedade e que privilegia somente os mais dotados. Uma política de **segurança pública** adequada é fundamental, para pôr fim a pelo menos **parte da delinqüência e ao crime organizado**. Outros valores devem atingir os meios de comunicação de massa, bem como o mais íntimo dos indivíduos, **silenciosamente propalando a correção dos comportamentos**. Aos candidatos, conclamemos a projetos realistas para enfrentar os problemas sociais no Brasil.

Assim, vemos que a relação entre a violência e a pobreza precisa ser mais aprofundada e, por este motivo, trouxemos dois especialistas especificamente sobre este assunto, os professores Luiz Eduardo Soares* e Sueli Carneiro, respectivamente ex-secretário de segurança do Rio de Janeiro e ela militante feminista e de movimento negro. Também incluímos como palestrante o Prof. Luiz Mott, militante do movimento gay, por ser este o grupo a sofrer a violência mais explícita na sociedade. E, por fim, para analisar a questão mais ampla dos direitos humanos em toda sua magnitude é que convidamos o Prof. Paulo Sérgio Pinheiro, do Ministério da Justiça que, impossibilitado de comparecer, indicou o Prof. Guilherme Assis de Almeida, experiente pesquisador no assunto. Do encontro de tão importantes pesquisadores e brilhantes personalidades, muitos aspectos relevantes puderam ser incluídos à discussão do tema – artigos seguintes – cujas principais conclusões estão incluídas na análise a seguir.

* Nota do Editor: O Professor Luiz Eduardo Soares, embora tenha participado do Fórum *Brasil em Questão*, no dia 24 de abril – *Cidadania, Exclusão Social e Violência* –, não pôde encaminhar o texto de sua palestra para publicação, por ter assumido, anteriormente, compromissos profissionais.

A discussão foi aberta com a reafirmação da questão sobre se haverá de fato relação entre violência e pobreza. Esta é uma questão que merece reflexão de todos, pois sabemos que a violência pode não ser criança, nem negra e tampouco sem educação fundamental, como dizem os dados sobre a pobreza. A violência perpassa essas características: pode ser adulta, branca e de elevada classe sociocultural. Se a violência não é gerada somente pela pobreza, que outros fatores estão envolvidos e quais suas conseqüências? Assim sendo, não bastam políticas econômicas para distribuição da renda, além das políticas sociais. Também é necessário algum movimento ético-cultural que trabalhe os valores da sociedade, além dos processos regulares que se desenvolvem na educação, saúde e trabalho, de modo a melhorar as condições de vida, material, psíquica e espiritual.

Ao longo do debate foram abordadas as muitas formas de violência: tanto aquelas violências que estão na origem dos processos, gerando a discriminação de determinadas categorias sociais, por meio dos processos históricos de sua vitimização pelas elites, como os pobres e negros, mas também as mulheres e outras minorias, como os homossexuais; quanto aquelas formas de violência que terminam sendo conseqüências de processos da exclusão social daquelas categorias e que geram a violência rotineira dos pequenos mas cada vez mais freqüentes crimes do cotidiano.

Além disso, no bojo da impunidade e da descrença nas instituições, o crescimento da violência atordoa a todos na sociedade brasileira de hoje em dia. Urge, portanto, reverter este quadro, devolvendo a crença e confiança nos mecanismos de segurança social, entre eles, na correção da justiça para todos.

Existem aspectos que são muito específicos. Obviamente há que se considerar a questão da segurança, pelo menos para eliminar parte da delinqüência que está envolvida no problema

da violência, como o crime organizado, um dos maiores responsáveis pela violência no Brasil, especialmente pelo seu extremo aumento mais recentemente. O que fazer? Precisamos também ser próativos, ir além dos diagnósticos e apontar o que pode e deve ser feito, os presidencialáveis precisam ter posições expressas sobre estas questões. Há, evidentemente, necessidade de radicalizar a confiança na Justiça, o que implica a eliminação da impunidade. A sociedade precisa ter a certeza de que não serão punidos apenas os pobres, pardos ou negros; ricos e com formação acadêmica que cometem crimes também devem receber punição. A polícia deve ser envolvida na tarefa de uma forma correta, os dados mostram claramente as dificuldades econômicas da polícia para enfrentar o problema da violência. Em São Paulo, por exemplo, no período de 1997 a 2001, enquanto havia 11 bilhões apenas para pagamento de juros e encargos da dívida do Estado, investiu-se 1,7 bilhão em suas polícias. E só com relação a seqüestros, triplicaram em 18 meses entre 2000 e 2001: antes, de uma dezena passaram para 63 e atingiram 180 no referido período, além dos 1000 assassinatos e 300 estupros. Outros aspectos do problema são a questão da unificação das polícias e da corrupção que grassa em seu meio, considerados qualquer estado da federação. No Rio de Janeiro o problema atinge matizes mais dolorosos: nas favelas, estima-se que 25 % dos jovens estejam envolvidos no tráfico de drogas; 67% das ocorrências são crimes com menores, em que este é o crime mais cometido. Dos 600 menores apreendidos por tráfico, 200 tem menos de 12 anos. Esses são dados obtidos pelas diversas secretarias de polícias, divulgados amplamente, são dados extremamente inquietantes, mas que ainda devem refletir somente parte da brutal realidade.

A análise da questão revela que dois eixos situacionais se cruzam em nossa sociedade hoje em dia e geram um núcleo no

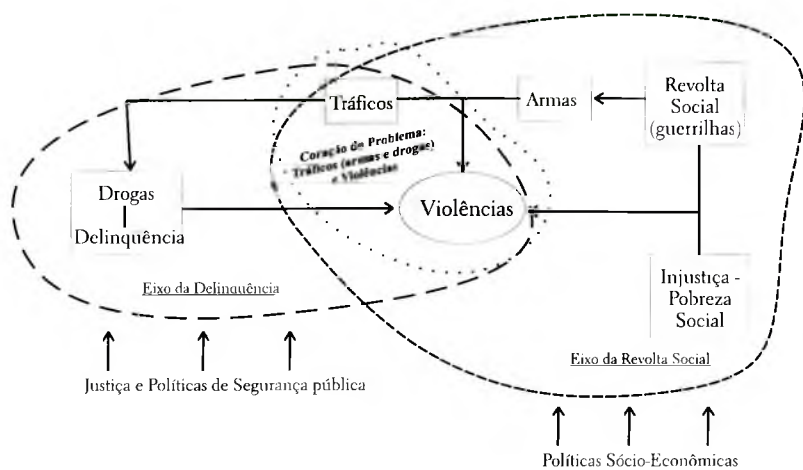
qual está o cerne do problema da violência no Brasil, que são os tráficos – as trocas comerciais ilegais de armas e drogas – mediadas por todos os tipos de violências. São eles: o eixo da delinqüência, na vertente dos envolvimento com drogas; e o eixo da revolta social, na vertente da injustiça social, da pobreza e da miséria. Em algumas situações, como a dos morros cariocas, por exemplo, drogas e pobreza se encontram; em outras, a situação pode ficar numa ou noutra vertente: do envolvimento inicial no vício de drogas ilícitas, tocando a todas as classes sociais, que pode ou não levar ao tráfico; numa pobreza que apesar de não se envolver com drogas pode levar aos pequenos delitos e violências do dia a dia; até a delinqüência em todos os matizes, especialmente aquela envolvendo pessoal mais qualificado que dispõe de estrutura e recursos para o contrabando de materiais, entre eles drogas e/ou armas, envolvendo a todos os segmentos anteriores para a obtenção dos seus lucros e passando por todas as formas de violência que julgarem necessárias à consecução de suas finalidades.

Conforme representação abaixo, na intercessão dos eixos está o coração do problema, a violência gerada especialmente pelos tráficos, os quais passaram a se comunicar, chegando inclusive a conectar o tráfico de drogas nos países latino-americanos, incluindo o Brasil, com o tráfico de armas de movimentos guerrilheiros, como na Colômbia. Tráfico de drogas e armas mediados pela violência, oportunistas, especialmente junto às classes mais pobres, mas envolvendo algumas outras mais diretamente e nós todos mais indiretamente, pelo grau com que grassa na sociedade e transforma o nosso dia-a-dia...

O que acontece hoje no Brasil aconteceu de maneira **menos grave** na Colômbia, porque não envolveu lá a disseminação do vício de seus jovens com as drogas, como acontece no Brasil. Na Colômbia o vício foi exportado, inicialmente para EUA e Europa.

O Brasil, que passou a fazer parte de rotas de passagem, é hoje destino destas drogas, abastecendo o nosso mercado interno. Em ambos os países, assim como em todos por onde começa a penetrar este trágico esquema, o crime organizado penetra em todas as instâncias, envolve desde o cidadão mais despreparado ou desprotegido, as polícias responsáveis por seu enfrentamento imediato, a justiça, pela qual deveria ser punido, até os políticos, aos quais caberia legislar de modo defensivo da sociedade, podendo atingir escalões do governo responsáveis por toda a gestão do sistema social.

Uma das bases da Violência: Revolta Social, Delinquência e Tráfico de Drogas e Armas



Este manancial de problemas tem de começar a ser efetivamente enfrentado por todas as direções: com mecanismos mais gerais, ligados à formação de opinião pública e limpeza de todo o sistema que envolve os tráficos, garantindo correção da

justiça, a eficiência do mecanismo policial e das outras medidas relacionadas com a segurança pública, até a eficácia das políticas microeconômicas e sociais, orientadas especialmente para a superação da miséria e da pobreza que ofende a nossa nação.

Eliminar as carências certamente é o primeiro passo, mas não resolve todos os problemas da delinquência e menos ainda a questão do crime organizado. Eliminar a impunidade e confiar nas instituições é um passo fundamental, mas outros também são necessários. Certamente que variáveis culturais de extrema influência nos valores éticos e morais da sociedade precisam ser consideradas para que consigamos compreender corretamente porque os jovens entram tão vertiginosamente no crime e na violência, a ponto de enfrentar a certeza da morte prematura, uma estatística especial que diferencia completamente a demografia da morte, entre os jovens de sexo masculino – mas crescente também na jovem de sexo feminino, – absolutamente presente no dia-a-dia da vida de todos eles e de suas comunidades. O que os faz arriscarem-se tanto, a ponto de serem mortos entre si, em disputas de gangues rivais, estimuladas por suas lideranças, todos saídos de mesma origem?

Sabemos que as políticas de desenvolvimento centradas nos aspectos econômicos não apresentam qualquer eficácia. Nem sequer políticas distributivas de renda são eficazes porque não chegam ao cerne dos problemas. Mesmo as políticas sociais aplicadas no Brasil não chegam a atingir os pobres, com frequência terminam por favorecer a classe média. Portanto, desfocadas da causa e do destino, as políticas sociais – quando existem – vêm-se mostrando ineficazes, insuficientes para enfrentar os graves problemas sociais do Brasil. Corrigir estes tipos de rumos é essencial para superar barreiras ao desenvolvimento social no Brasil. Que fazer, além dos procedimentos de compensação

econômica e de inclusão social que atinjam as comunidades mais carentes, mas que interfiram profundamente nos jovens de todas as classes sociais, envolvidos no vício das drogas e nas diversas formas de violência correlacionadas? Como atuar ante outras variáveis, no campo dos valores ético-culturais?

Certamente que a violência será o tema mais candente para as próximas eleições e, por isso, chamamos aqui tanta atenção para que – além das políticas econômicas distributivas de renda e políticas sociais que efetivamente atinjam ao público carente, foco destas políticas – para atuação em aspectos culturais da sociedade em geral, que já atingem parcelas significativas de todas as categorias, ricos e pobres, jovens e adultos, brancos, pardos ou negros, de ambos os sexos, dos que hoje se envolvem nas drogas, lícitas ou não, nos tráficos, drogas ou armas, mas que terminam envolvendo-se em todos os tipos de violência, das domésticas aos crimes mais complexos, como aqueles realizados pelos grandes grupos organizados, “comandos” nacionais ou máfias internacionais.

Os problemas de segurança que dizem respeito à delinquência e ao crime organizado não consistem somente do recrutamento para o crime de jovens de classes baixas, mas envolvem, na direção, indivíduos mais qualificados do ponto de vista cultural e educacional. Os chamados crimes do “colarinho branco” – porque envolvem os “respeitáveis” senhores engravatados – só serão minimizados quando superarmos a impunidade que toca as classes mais desfavorecidas. Muito desta cultura oportunista está à volta dos políticos, dos próprios presidenciáveis. Que serão os presidenciáveis capazes de fazer para combater isso?

Por outro lado, o crime organizado consegue hoje recrutar os jovens pobres rapazes da periferia dos grandes centros urbanos, conforme bem descreve o Prof. Luiz Eduardo Soares, porque

conseguem penetrar no imaginário destes, trazendo-lhes identidade, reconhecimento e pertencimento a grupo(s). Enfrentar este problema implica gerar fontes alternativas de atração capazes de prover o jovem de ocupações que possibilitem a ascensão social que seus pais não tiveram e satisfaçam seus interesses, curiosidades, que lhes tragam (re)conhecimento. As injustiças históricas perpetradas aos afrodescendentes no Brasil, como bem diz a Profa. Sueli Carneiro, precisam ser compensadas, sob pena de não enfrentarmos o problema da violência no Brasil de hoje. O nosso dia-a-dia não pode silenciar-se ante violências como as que atingem a vida doméstica das mulheres, ou o cotidiano dos homossexuais, como chama a atenção o Prof. Luiz Mott. Mais que tudo, a construção da cidadania para todos, lutando por todos os desvios na garantia dos diversos direitos que todo ser humano tem, como abordado pelo Prof. Guilherme de Assis Almeida, insere o problema da violência numa dimensão muito mais abrangente do que costumamos considerar, estendendo a própria aplicação do conceito de exclusão social. Terão os presidenciáveis planos que comportem tal finalidade tão abrangente?

Assim sendo, superar as carências materiais é essencial, mas não é suficiente, é preciso também atender a necessidades psíquicas e espirituais que os indivíduos tem e, para isso, a sociedade precisa estar orientada para a promoção da cidadania, reconhecendo plenamente os direitos humanos de todos os seus cidadãos – e não só de determinadas elites –, bem como os direitos coletivos das suas categorias minoritárias socialmente, até mesmo os direitos ambientais que nos atingem a todos e que nos fere fortemente no território deste país. Que propõem os candidatos a respeito disso tudo, mas como, principalmente, iniciarão pelo enfrentamento do problema da relação da perda da cidadania, pela exclusão social, que gera a violência – tema

original deste debate e ponto de partida para a urgente transformação social do Brasil?

Com maior ou menor aprofundamento em alguns tópicos aqui abordados, nossos debatedores refletiram todas as etapas deste ciclo que se inicia com a violência do cotidiano – com especial referência à violência da exclusão social – e que a ela retorna, por meio da violência que atinge toda a sociedade; ferindo a cidadania a que têm direito todo ser humano – cidadão independentemente de raça, etnia, gênero e opção sexual; e que nos atinge a todos, na qualidade de vida que possamos usufruir.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy